
A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDESTE DE GOIÁS ¹

The Restructure Of Capital And The Modernization Of The Agriculture In The Southeast Of Goiás

Marcelo Rodrigues Mendonça

Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão
E-mail: mendonca@innet.psi.br

Antonio Thomaz Júnior

Professor do Curso de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente
E-mail: thomazjr@stetnet.com.br

RESUMO: *O texto inicia uma reflexão sobre a modernização da agricultura, apontando a necessidade de sua reavaliação na perspectiva da relação capital x trabalho, na medida que o movimento social e as ações decorrentes da reestruturação produtiva do capital no campo, no que tange ao trabalho, não foram compreendidas adequadamente. Centramos nossas atenções no processo de ocupação das áreas de cerrado, precisamente no Sudeste Goiano, visando contemplar as configurações para o trabalho após a implementação da modernização da agricultura a partir da década de 1970. A reflexão sobre a modernização da agricultura, objetiva compreender o desenho societal, a gestão do território investigado e as transformações no espaço agrário, considerando os rebatimentos para os trabalhadores do processo de reestruturação do capital, ou mais propriamente, da modernização da agricultura no Sudeste de Goiás.*

Palavras-chaves: modernização capitalista; modernização da agricultura; território; relação capital x trabalho; movimento social.

ABSTRACT: *The text begins a reflection about the modernization of the agriculture, pointing the need of its revaluation in the perspective of the relation capital x work, in the way that, the social movement and the current actions of the productive restructuring in the field, in what it refers to work, weren't understood appropriately. The attention is centered in the occupation process of the thick areas, precisely in the Goiás Southeast, seeking to understand the configurations in the work after the implementation of the modernization of the agriculture starting from the decade of 1970. The reflection about the modernization of the agriculture aims to understand the social drawing of*

¹ Parte dessa discussão foi apresentada e está publicada no Caderno de Textos do 9º EGAL – Encontro de Geógrafos de América Latina, realizado em Mérida – México, em abril/2003, com a temática “Reflexiones y Responsabilidades de la Geografía en América latina para el Siglo XXI”.

the investigated territory and the current territorial administration, transformations, considering the enlarged movement of the capital and the recent changes in the breast of the own capitalism and its effects for the working class.

Key-words: capitalism modernization; modernization of the agriculture; territory; capital x labor relation; social movements.

Introdução

Alves (2002) tece considerações gerais sobre as bases ontológicas do processo de modernização capitalista buscando apreendê-lo a partir de dois níveis de referência:

- a) do movimento do capital em geral onde o processo de modernização é pensado como um produto histórico-ontológico do “sujeito” capital;
- b) e da apreensão dos múltiplos capitais tratando a modernização capitalista como resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e da luta de classes;

A partir desse referencial, esse pretende ser um texto de reflexão com o intuito de municiar a construção do universo da pesquisa em andamento sobre a reestruturação capitalista e a modernização da agricultura no Sudeste Goiano, com enfoque nas relações sociais de produção e de trabalho.

Há um movimento do valor em nível geral que se auto-expande, sendo que o ápice desse processo é o capital financeiro hegemônico a partir dos anos 1970 do século XX. “A partir daí podemos compreender o cerne íntimo do processo sócio-histórico do capitalismo moderno, onde o movimento do capital, do “valor que se auto-expande”, em seu processo contraditório, tende a incrementar um complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais.” Alves (2002, p.02).

Cabe, então, perceber as mediações entre o capital geral e os capitais múltiplos e sua territorialização no tempo e no espaço. Isso é possível graças à existência dos modos de regulação, que de certa forma expressam o conteúdo histórico-geográfico de cada formação sócio-espaçial e suas inter-relações com as mais diversas e diferentes formas de vida, mediadas certamente pela técnica.

Dessa forma, a medida em que o modo de regulação – mediação entre o capital geral e os múltiplos capitais – sofre adequações, seja por ações político-econômicas que culminam no incremento das forças produtivas (ciência e tecnologia) e/ou por outros fatores, alteram-se as formas de produzir e conseqüentemente as configurações no trabalho (mutações no trabalho). Esse modo de regulação – expressão de uma periodização – entra em crise e passa a sofrer os impactos do conflito entre formas tradicionais e formas novas, possibilitando um consorciamento de atividades, evidenciando múltiplas formas de existência do capital e do trabalho.

A partir dessa argumentação quer-se pensar que a modernização, referenciando-se em Alves (2000), aparece com o capitalismo e se metamorfoseia mediante os momentos de crise dos modos de regulação. Esse processo se agiganta a partir de meados do século XX, com o advento do meio técnico-científico-informacional, tese colocada por Milton Santos

(1994) que evidencia as novas formas de valor em movimento com destaque para o capital financeiro.

O reordenamento espacial decorrente foi algo extraordinário na história do homem. As migrações, os deslocamentos de mercadorias, a mundialização de capitais (financeirização da economia), as mudanças no papel do Estado-Nação, as demandas do movimento social e sindical, dentre outras, transformaram-se nos temas de pesquisa e estudos realizados nos mais diversos lugares e pelas mais diferentes instituições.

O capital em seu constante movimento na busca da realização do valor – capitalismo financeiro – acabou se enredando numa contradição de conteúdo novo, pois a realização do valor passou a ser prioritariamente de caráter especulativo. De acordo com Alves (2002), “a reprodução hermafrodita da riqueza abstrata” via mercado de dinheiro, sem qualquer controle, inclusive do Estado, atinge a cifra de US\$ 30 trilhões.

Mészáros (1996), elaborando a tese sobre a produção destrutiva do capital e o Estado capitalista coloca que vivenciamos os derradeiros limites estruturais do capital e que esse momento expressa os seus últimos fôlegos.

(...) planta na qual sua autoexpansão se apóia na produção destrutiva, consumo e destruição são levados à identidade funcional, as forças produtivas, literalmente, “as forças *abstratamente* ‘produtivas’ da sociedade’ se tornam ‘*contra-produtivas*’ por causa de sua incrustação social capitalista e dissipação destrutiva”, cujo efeito negador das necessidades humanas tem sua expressão mais brutal, indelével e universal no desemprego estrutural, ou seja, na crescente ejeção, dissipação e destruição de força de trabalho, que “não pode ser revertida por

fatores e medidas conjunturais”. (MÉSZÁROS, 1996, p.14).

O autor compreende que o capital se estrutura a partir da taxa de utilização decrescente das mercadorias como uma das alternativas viáveis para a autoexpansão do capital apresentando diferenciações nos diversos lugares. “(...) a tendência para reduzir a verdadeira taxa de utilização tem sido um dos principais meios através dos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável”. Mészáros (1996, p.13). É a sociedade descartável que, controlada pela velocidade do consumo, implica na subutilização até mesmo dos produtos relativamente duráveis, onde estes precisam ser lançados ao lixo muito antes de esgotada a sua vida útil.

Obviamente esse processo promove sérios impactos na distribuição dos recursos naturais entre os povos, assim como, uma pressão sobre os países pobres que ainda mantém grandes quantidades de recursos naturais. Basta considerar o interesse das potências em assegurar o controle do território da Amazônia. O caráter destrutivo do consumo rápido e, conseqüentemente, a perda de recursos altera significativamente as relações sócio-políticas, assim como promove a mais violenta expropriação e exploração dos recursos naturais.

Assim, como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de consumo rápido e da dissipação destrutiva de recursos, o “capitalismo avançado” tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história. (MÉSZÁROS, 1996, p.35).

Nessa conjuntura mundial as formas de produzir entram em crise promovendo uma significativa alteração nas relações sociais de produção e de trabalho. Para a maior parte dos estudiosos do assunto, esse momento – década de 70 do século XX – expressa a crise do fordismo/taylorismo e a emergência de novas formas de regulação-gestão, culminando com a denominada produção flexível. (HARVEY, 1992).

Embora não haja consenso e não poderia haver, diversos estudiosos ao analisarem as transformações recentes no capitalismo destacam as mudanças no trabalho, precisamente a partir da década de 1970, com intenso reordenamento territorial. Harvey (1992), Chesnais (1996), Antunes (1999), Alves (2000), Mészáros (2002), Thomaz Júnior (2002), entre outros destacam a relevância de pesquisas sobre as transformações impulsionadas pela financeirização da economia mundial e seus impactos mediante a territorialização da reestruturação produtiva nos diversos lugares, propiciando uma complexificação e precarização das relações de trabalho.

Interessante pensar que é exatamente nesse instante que se acelera o processo de modernização da agricultura nos países periféricos (impulsionada pela Revolução Verde), com destaque para o Brasil, precisamente nas áreas de cerrado. A conjuntura internacional favorável à produção de *commodities*, principalmente a soja, assume proporções significativas através do aparato técnico e científico disponibilizado pelo Estado, além da infra-estrutura necessária ao processo de ampliação e reprodução do capital em suas diversas expressões.

1. Uma Breve Reflexão Sobre a Modernização da Agricultura

Como apontado inicialmente, queremos refletir acerca do uso indiscriminado da modernização da agricultura como categoria de análise para compreender as transformações no espaço agrário brasileiro, principalmente nas áreas de cerrado, e da necessidade premente de qualificar, nomeando com clareza o que se quer dizer quando se utiliza esse termo. A impressão que se tem é que há um grande “guarda-chuva” abrigoando as mais diferentes abordagens teóricas e metodológicas e, agregando e aglutinando atores sociais diferentes com o sentido de homogeneizá-los. Assim não contribuem para decifrar as múltiplas clivagens e contradições envoltas no processo social, generalizando uma situação extremamente rica e que precisa ser desvendada.

Pensamos que a maior parte dos pesquisadores que tratam a temática não perceberam que a incorporação das áreas de cerrado aos interesses da economia transnacional não apenas complexificou, como também promoveu diversas diferenciações na classe-que-vive-do-trabalho² e substancialmente na sua forma de ser e de se expressar politicamente.

Dessa forma, a modernização da agricultura nada mais é do que a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante em busca de auto-expansão. Certamente, o novo conteúdo propiciado alterou de forma contundente a lógica da produção. No caso brasileiro a modernização capitalista da agricultura resultou em bruscas mudanças, devido a implementação de políticas públicas

² Para maiores informações ver ANTUNES (1999).

voltadas às necessidades de reprodução do capital, além de apresentar diferenciações significativas no tempo e no espaço.

Dai não ser possível compreender o processo de modernização da agricultura, seja na perspectiva política da “modernização conservadora” e/ou da “modernização dolorosa”, sem considerarmos o movimento mais geral do capital, pois não compreenderíamos com a acuidade necessária a existência das contradições e a magnitude dos impactos sobre o trabalho. Todavia perceber as contradições não basta, é necessário apreender o seu conteúdo emancipatório, possível apenas a partir da análise da territorialização do movimento do capital global, assim como dos múltiplos capitais que se associam no processo de acumulação do capital, isto é, a regulação e o controle social ou o conteúdo societário.

A análise sobre a modernização conservadora (excludente e concentradora) é verdadeira, pois expressa a lógica de produção e reprodução do capital no processo de implantação das condições objetivas e subjetivas com o intuito de assegurar a produção do valor, carregando consigo todas as contradições inerentes ao modo de produção. De um lado, possibilita a mecanização (adoção das inovações técnicas e tecnológicas) e eleva a produção e a produtividade e, por outro lado, a desterração de milhares de famílias rurais, que seguem em direção às cidades e/ou às áreas de fronteira.

A “modernização conservadora” expressa e é a própria lógica destrutiva do capital. Todavia para compreender esse processo é necessário partir dos movimentos sociais. Partindo desse pressuposto, Oliveira (2002), coloca a barbárie das elites brasileiras em relação a luta dos camponeses pela terra. Chama atenção para o fato de que se tem um novo camponês na perspectiva dos novos movimentos sociais, que se caracterizam por uma luta por direitos. De

acordo com Oliveira (2002), estamos diante do campesinato moderno, fato evidenciado a partir de vários fatores, destacando-se entre eles: o crescente aumento dos conflitos no campo, a adoção de políticas públicas deliberadas de redução de assentamentos de trabalhadores rurais, e a criminalização da luta pela terra (que considera como presos políticos as lideranças presas por defender a reforma agrária) entre outras características.

Lopes (2002) considera que houve uma modernização conservadora, uma vez que não houve alteração na estrutura fundiária do país e não ocorreu a disseminação do assalariamento nas áreas de fronteira agrícola. Cita que atualmente 150 milhões de hectares são considerados latifúndios improdutivos, enquanto 52 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza concentrados no Nordeste e principalmente no meio rural.

Obviamente o capital ao se territorializar também assegura as condições para a sua superação, ou seja, a possibilidade da agudização da luta de classe se efetiva mediante a ação dos movimentos sociais, tais como os sindicatos dos trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores, partidos políticos no âmbito da esquerda, organizações não-governamentais, etc., que de forma embrionária e vivenciando uma crise de identidade, tentam ainda, expressar as reivindicações dos trabalhadores.

Nesse sentido cremos que é necessário uma reflexão acerca da forma predominante de pensar as transformações no espaço agrário particularmente nas áreas de cerrado, que parte da idéia da modernização da agricultura como algo já solucionado/consolidado. Não se indaga sobre a ação e a atuação dos movimentos sociais e/ou mesmo sobre as fraturas e clivagens visíveis no processo da modernização da agricultura. Os estudiosos centram suas análises no processo de urbanização e industrialização que promoveu

grandes mudanças no campo e/ou nos impactos sócio-ambientais em função do modelo empresarial adotado pelo capital, como prioridade na nova ocupação e racionalização das áreas de cerrado.

Não há uma análise que se proponha compreender as diferentes temporalidades, que justapostas imprimem características universais, porém singulares 'a área de pesquisa.

É preciso compreender esse processo na perspectiva da experiência social e das lutas travadas pelos trabalhadores, portanto torna-se necessário a apreensão do conteúdo contraditório do conflito capital x trabalho, sem o qual não se pode avançar no sentido da transformação social. Apreender o conteúdo ou o desenho societal do território e assegurar os instrumentos necessários aos trabalhadores rumo à superação dessa "ordem de coisas", não se resume apenas à defesa da reforma agrária, mas significa pensar para além da sociedade atual, no sentido de colocarmos em pauta a perspectiva histórica rumo a uma nova sociedade com valores verdadeiramente humanitários, civilizatórios e emancipada.

Creemos que a investigação sobre os impactos da modernização conservadora só é possível a partir desse viés destacando a relevância do trabalho (as velhas e as novas formas) como condição para compreender e apreender as transformações na relação capital x trabalho e sua territorialização nas áreas de cerrado, redefinidora do conteúdo da relação cidade-campo, mediante o movimento de autoexpansão do capital global.

2. As Transformações no Espaço Agrário do Cerrado

Primeiramente queremos pensar o cerrado enquanto um conjunto de diversos elementos, portador de um ecossistema

complexo e de extrema importância para a sociedade, ao mesmo tempo que apresenta uma das maiores biodiversidades do mundo, uma extensa área agricultável, volumosos mananciais e cursos d'água disponíveis para irrigação e potencial energético e, uma potencialidade turística e de pesquisa inesgotáveis.

A imposição da modernização da agricultura intensificada após a década de 70 do século XX, a partir das políticas públicas desenvolvimentistas voltadas para a agropecuária (construção de Brasília, rodoviarismo, etc.), fundamentais para acelerar o processo de ocupação racional, tornaram esses espaços até então improdutivos em grandes celeiros agrícolas.

Certamente havia um mosaico de fatores que imbricados tiveram significativo êxito. A necessidade de expansão do capital rumo às áreas pouco exploradas mediante as necessidades do capital monopolista (Centro-Oeste e Amazônia), a reorientação dos fluxos migratórios, principalmente de nordestinos em direção ao novo Eldorado, desviando a atenção dos graves problemas urbanos vivenciados pelo Sudeste (São Paulo, etc.), o Estado centralizador e autoritário, o entreguismo associado aos interesses externos justificados no contexto da Guerra Fria, foram fatores fundamentais para explicar a ocupação desenfreada das áreas de cerrado após os anos 1970 e precisamente nos anos 1980.

Soma-se a isso o desenvolvimento de pesquisas que possibilitaram o surgimento de um aparato técnico e científico cada vez mais eficiente, além das inovações tecnológicas específicas para a agropecuária, com destaque para as áreas de fronteira, no caso, o Centro-Oeste brasileiro. Além de todos esses elementos havia o conteúdo político, qual seja, afirmar o Estado enquanto mantenedor da ordem (evitando conflitos fundiários, etc.) e, desviar a

atenção para a necessidade da reforma agrária, uma vez que, a grande disponibilidade de terras nas áreas de fronteiras, amenizaria o conflito e a luta histórica dos trabalhadores rurais pela reforma agrária.

Dessa forma, os padrões urbanos são impostos ao campo - no caso aos povos cerradeiros - ou seja, aos povos que viviam da agropecuária de subsistência e mercantil nas áreas de cerrado, de forma auto-suficiente e produzindo poucos excedentes comercializados regionalmente. Obviamente essa consideração não significa que as áreas de cerrado, no caso o Sudeste Goiano, não tivessem sido capturadas pela lógica destrutiva do capital. Essas áreas estavam à margem, porém impregnadas pelo capital mercantil, que subordinava o processo social através da apropriação da renda da terra.

A “modernização” da agricultura evidencia a transição para a hegemonia do capital industrial (máquinas, insumos e implementos agrícolas) e financeiro (políticas creditícias e especulação), que territorializa-se através das grandes empresas rurais que propiciam um reordenamento espacial, alterando significativamente o conteúdo e a dinâmica do território.

A passagem da subsunção formal para a subsunção real promoveu a (des)construção das paisagens regionais que se adequaram às necessidades do novo padrão de acumulação. Queremos destacar que o processo em consecução apresenta diferenciações em razão das funcionalidades que essas áreas apresentaram mediante o modo de regulação do capital, que em cada momento exige adequação às suas necessidades.

O consorciamento entre diferentes formas de produzir, desde as assalariadas até a existência de relações não-capitalistas, demonstra a captura e a imposição de formas de produzir e conseqüente relações sociais de

trabalho diversas, porém combinadas, com intuito de atender a acumulação do capital.

De todos os fatores mencionados acima, incentivadores da ocupação das áreas de cerrado, o desenvolvimento técnico-científico foi o grande alavancador responsável pelo processo de modernização da agricultura, não apenas no Centro-Oeste, mas no território nacional. O desenvolvimento biotecnológico possibilitou a introdução de técnicas modernas e não a modernização capitalista em si inaugurada com a inserção dessas áreas ao mercado desde o século XIX.

Estamos tentando compreender a modernização da agricultura como uma construção do capitalismo e portanto a partir de ações implementadas mediante a reestruturação produtiva do capital após os anos 1970. As áreas de cerrado até então hegemônicas pelo capital mercantil passam a ser alvo das políticas públicas, ao passo que essas áreas vão sendo redimensionadas ao mercado através da incorporação ao capital monopolista. Nesse sentido, a modernização da agricultura é conservadora porque expressa o movimento do capital na busca incessante do valor.

Portanto, quando utilizamos o termo modernização da agricultura estamos compreendendo-o a partir do referencial teórico pautado nas mudanças do capitalismo que compreendem desde o processo de formação e consolidação da base técnica, a reestruturação produtiva como o modo de produção hegemônico, sendo que para a sua efetiva existência tem que revolucionar constantemente as formas de produzir, subsumindo cada vez mais o trabalho.

Atualmente no Estado de Goiás há a presença no campo de procedimentos e maquinários tecnologicamente modernos, porém não se deve pensar que a modernização é iniciada com o advento das técnicas modernas

de produção denominadas sob o termo modernização da agricultura. A aceleração desse processo se deu após a adoção em massa das inovações técnicas e tecnológicas, todavia a modernização é uma construção e se confunde com o próprio processo de formação e consolidação do capital industrial e financeiro.

O que temos a partir da intensificação da adoção das técnicas e tecnologias que promoveu uma justaposição de tempos e uma relativa e aparente homogeneização dos espaços, são as grandes mudanças no mundo do trabalho, resultante das alterações nas relações sociais de produção e de trabalho. Esse é um desafio que pretendemos percorrer, qual seja, perceber as diferentes inter-relações entre as diferentes formas de trabalho existentes, dentre elas o imbricamento entre o trabalho assalariado e a inter-relação entre as novas formas de gestão do processo produtivo com a intensificação do trabalho precarizado, tanto no campo como na cidade, uma vez que, acreditamos que essa complexificação do trabalho é um dos fatores que redefinem a relação cidade-campo, pois tem-se novos desenhos sociais nesses territórios.

Não há dúvida de que há novas categorias de trabalhadores, assim como novas formas de auferir renda, ou seja, é preciso decifrar essas múltiplas relações camufladas sob o escopo da modernização da agricultura e da necessidade premente do progresso, tais como:

a) O reaparecimento do trabalho escravo, do trabalho infantil e do trabalho de idosos sob condições extremamente precárias nas áreas altamente tecnificadas, parece ser um indicativo de que houve alterações significativas nas relações sociais de produção e principalmente nas relações sociais de trabalho, como revigoramento dos procedimentos que intensifiquem a fragilização e a superexploração do trabalho;

- b) A adoção de formas de gestão flexíveis (participação nos lucros, trabalho em equipe, parcerias, etc.) ao lado da precarização do trabalho, mediante o não cumprimento dos direitos trabalhistas (carteira assinada, férias, 13º salário, etc.) à maioria dos trabalhadores, são evidências do paradoxo existente nas grandes empresas rurais;
- c) A crescente terceirização de algumas atividades, principalmente as consideradas mais difíceis e menos rentáveis (contratação dos trabalhadores temporários, transporte, serviços domésticos, segurança, etc.);
- d) O incentivo a migração e até mesmo o financiamento da vinda de trabalhadores para exercerem atividades periódicas nas propriedades rurais. Observamos duas categorias de migrantes: uma oriunda do Sul (Paraná) com destaque para as áreas de onde os proprietários são originários, que são trazidos e ficam durante toda a safra alojados em barracões nas propriedades. E outra que não é incentivada, mas por outras circunstâncias chegam a procura de trabalho, quase sempre oriundos do Nordeste, com destaque para a Bahia. As distinções entre as funções exercidas por essas categorias de migrantes, assim como as múltiplas relações que os envolvem (os sulistas e os baianos como são denominados localmente) serão tratadas mais adiante;
- e) A existência de programas de qualificação e requalificação da mão-de-obra que possui duplo sentido: de um lado atender a demanda dos trabalhadores urbanos, principalmente jovens que não possuem qualquer habilidade vendável e que permanecem fora do mercado de trabalho; e de outro atender parte dos trabalhadores rurais (filhos de produtores rurais e até de pequenos e médios proprietários) para as necessidades cada vez mais tecnificadas, requeridas para

agropecuária, com destaque para as atividades mecanizadas;

Além de todas essas transformações nas áreas de cerrado, precisamente acerca da dinâmica das grandes empresas rurais, há que se considerar o crescente aumento das agroindústrias no Centro-Oeste, com destaque para Goiás. Avaliamos que está ocorrendo uma maior mobilidade das agroindústrias, à medida que as condições locais são relevantes, pois integradas ao sistema de redes, facilitam a instalação de novos empreendimentos agroindustriais nas áreas até então pouco industrializadas.

A presença das agroindústrias, assim como das novas formas de produzir promoveram uma nova forma de pensar e agir dos produtores rurais, principalmente dos pequenos, que percebem vantagens no processo de integração (avicultura, fruticultura, etc.) sem perceber a lógica destrutiva e altamente concentradora e seletiva presente nessa atividade. Os critérios de escolha dos produtores integrados excluem grande parcela dos produtores rurais, pois é preciso ter a propriedade da terra e em condições financeiras estáveis. Aqui se constata a boa máxima: "ou se adequam ou são excluídos".

Mediante a financeirização da economia e as mudanças decorrentes, dentre elas, a reestruturação produtiva e as alterações no trabalho, pode-se pensar as contradições que se materializam no espaço. Nesse sentido pensar a modernização capitalista após os anos 1970 e a modernização da agricultura é uma tarefa que implica conhecer a estrutura e o movimento do capital global que se territorializa com formas e modalidades universais, porém singulares, na medida em que, consideramos o processo histórico de formação e consolidação do capitalismo no Brasil.

Moreira (1985) cita uma entrevista de Henri Lefebvre que discute a reprodução das

relações sociais de produção como "a repetição louca e necessária" à existência do capitalismo, colocando que a única forma de superá-lo é pensá-lo no sentido da produção do espaço e não da reprodução das coisas no espaço.

Desta maneira se poderá desbloquear a imaginação. É a única hipótese favorável, de alternativa ao niilismo. Não me ocorre outra coisa. Ter-se-á que repensar todas as categorias em função desta abertura. Na atualidade se fala de autogestão das empresas: no meu modo de ver a sociedade revolucionária será a autogestão do espaço. (Henri Lefebvre, *Conversações com os Radicais*, citado por MOREIRA, 1985, p.08).

A concepção de espaço como "uma estrutura ordenadora da reprodução dos antagonismos de classes" norteia toda a discussão. A análise centra-se no espaço geográfico por entender que este contém a estrutura material e imaterial da sociedade.

O jogo espaço/contra-espaço baseado no confronto espaço fabril/espaço do mercado é a forma geral dos estratagemas espaciais. O jogo do espaço/contra-espaço baseado no confronto liberdade/tutela sindical-cultural e constituição/desagregação da aliança cidade-campo dos dominados é a forma multivariada dos estratagemas espaciais do período do espaço monopolista. (MOREIRA, 1985, p.20).

Para apreender as transformações no espaço, centra-se na lei do valor, qual seja, "a lei do movimento da transfiguração do valor (produção-realização) baseado na articulação trabalho-territorialização." A complexidade do espaço geográfico, precisamente a partir da intervenção do Estado, está diretamente

vinculada ao movimento de territorialização da transfiguração do valor, ou seja, o espaço é a territorialidade da totalidade economia-política, em grande parte viabilizada pelo Estado.

Pode se perceber dois momentos desse processo: a) quando têm-se a hegemonia indireta do capital (subsunção formal) sobre a sociedade, pois o capital mercantil subordina as formas não-capitalistas mediante a esfera da circulação; b) logo após ocorre a hegemonia do capital de forma direta (subsunção real) mediante a subordinação da esfera da produção alterando as relações de produção e implantado o assalariamento como a relação de trabalho predominante. O capital mercantil cede lugar ao capital industrial e financeiro.

Certamente essas duas formas que o capitalismo assume se imbricam propiciando uma justaposição de temporalidades em um mesmo espaço. Isso ainda pode ser observado na área de pesquisa através da permanência de formas de produzir e relações sociais de trabalho não-capitalistas, embora estejam hegemonizadas pelas relações assalariadas implementadas pelo capital industrial e financeiro.

Creemos que as empresas rurais implantadas após os anos 1970 - nas áreas de cerrado, precisamente nos chapadões do Sudeste Goiano, expressam a hegemonia direta do capital no processo produtivo, ou seja, a subordinação da sociedade às necessidades de reprodução do capital transnacional. As empresas rurais implementaram uma rígida divisão social e técnica do trabalho incorporando as formas de produção que ainda se situavam à margem pela acumulação primitiva do capital.

A desterração de milhares de famílias de produtores rurais – aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho – e a precarização do trabalho, tanto no campo como na cidade, se intensificou mediante a modernização da agricultura – materialização da

hegemonia do capital industrial e financeiro – promovendo uma significativa mobilidade espacial dos trabalhadores em direção às cidades e/ou às novas áreas de fronteira. (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

A divisão técnica do trabalho acelera a acumulação primitiva avançando a divisão social do trabalho, promovendo a desterração dos produtores rurais, principalmente pequenos e médios, levando-os a buscar novas formas de sobrevivência como trabalhadores assalariados. Essa mobilidade apoiada e incentivada pelo aparato estatal ansioso por atender as demandas do grande capital, ou seja, mão-de-obra disponível e barata, expressava as próprias condições de manutenção das elites, pois se apropriaram das necessidades dos excluídos e reelaboram políticas assistencialistas como mecanismo para a sua manutenção no poder, políticas essas, confundidas como ajuda humanitária aos menos favorecidos.

Obviamente as intenções reais não eram essas. A opção política pela grande empresa rural desde o Estatuto da Terra e o comprometimento orgânico com os “sulistas” possibilita um pacto agrário, onde as elites agrárias modernas apropriam-se do Estado para viabilizarem o progresso de acordo com os seus interesses, ora investindo no setor de serviços, ora na atividade industrial e financeira. Já as empresas rurais em sua maioria passam a ser implementadas pelos “sulistas” que trazem a experiência técnica e rapidamente percebem a correlação de forças, apoiando as elites regionais no poder, inclusive financiando parte das campanhas eleitorais.

Santos (1994), mediante a universalização da técnica, salienta que as forças produtivas se organizam em nível mundial, propiciando um padrão técnico aplicável em qualquer lugar. Há uma forma de produzir mundializada, hegemonizada pelo capital industrial e financeiro que atinge as áreas mais

distantes e que é implementada nas áreas de cerrado após o pacote da Revolução Verde ser imposto aos países periféricos, inclusive o Brasil.

Todavia o processo de territorialização não se efetiva de forma homogênea. Ao contrário, os elementos intrínsecos à região exercem relevância e daí a necessidade de adequação não apenas do padrão técnico, mas principalmente das relações de poder. É necessário a elaboração de um *constructo* político e ideológico como forma de assegurar uma coesão social e ideológica e, assim criar uma visão harmônica, portanto sem contradições, através da implantação das empresas rurais.

A alternativa encontrada passou a ser a negação dos sujeitos históricos locais e regionais como os produtores e trabalhadores rurais denominados nativos e pela afirmação dos 'sulistas' como os portadores da civilização, da cultura elaborada, expressa na experiência e no domínio das inovações técnicas e tecnológicas, portanto uma "gente que trazia a felicidade geral para todos" e que devia ser ouvida e respeitada em detrimento dos saberes e das experiências, portanto da cultura local.

Dessa forma, os agentes financeiros e políticos apoiados pelo Estado iniciam graças as políticas creditícias e extensionistas, a necessidade de implementação das empresas rurais com os "sulistas" (havia experienciado essas atividades no Sul do país) nas áreas de cerrado. A eles caberiam o papel de "sujeitos do capital" que deveriam ocupar e desbravar o sertão desconsiderando e até ridicularizando o conhecimento e a cultura dos povos cerradeiros.

3. A Gestão do Território pelas Empresas Rurais

Interessante observar que a mundia-

lização e, atualmente, a financeirização da economia (CHESNAIS, 1996) coloca sérios obstáculos ao movimento dos trabalhadores. Se o capital financeiro tende a se deslocar pelo espaço mundial, devido a existência de vantagens especulativas (taxas de juros), o mesmo não ocorre com os trabalhadores. Essa situação é, inclusive, apropriada pelo capital como forma de amainar os conflitos trabalhistas e assim intensificar a exploração sobre os trabalhadores. (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

A estratégia utilizada por diversos empresários rurais em incentivar a mobilidade dos trabalhadores de outros Estados, tem a ver com a diminuição dos custos através do não cumprimento das leis trabalhistas e do aumento da produção e da produtividade.

Através de um administrador de empresa rural entrevistado por nós, em respeito à utilização de trabalhadores temporários oriundos de Minas Gerais, quando questionado acerca da não utilização dos trabalhadores das proximidades (cidade de Catalão e arredores), nos asseverou: "Oh! É o seguinte, essa fazenda aqui trabalha com o pessoal de Paracatu – Minas Gerais – pois caso queiram levar a gente na justiça é mais difícil. Além de ser outro Estado, é longe, e eles não tem dinheiro pra vir até Catalão denunciar (são mais ou menos 270 kms)."

Adiante explica os procedimentos adotados destacando que nessa empresa rural as condições de trabalho são bem melhores que as existentes na região. Salienta o suborno dos fiscais da Delegacia do Trabalho e a correspondente omissão em relação aos direitos do trabalhador.

Funciona assim: se um vai na lei e ganha R\$ 100,00, todos os outros também vão. A gente registra uma porcentagem, porque registrar todos é bravo né! (...) Você registra

10 ou 15 e trabalha com 50 ou 60. O único problema são os fiscais, mas eles já estão ambientados, sempre tem uma gorjetinha e as coisas ficam resolvidas.

Creemos que essa é uma nova forma da contradição a partir da fragmentação do movimento D-M-D' e D-D', que permite a separação entre o capital produtivo e o capital especulativo, mas não impede o processo de auto-expansão do valor. Entretanto no que tange ao trabalho, ocorre a fragmentação jurídico-política não apenas em nível mundial, mas também em nível do Estado Nacional, com as diferenças de legislação entre os Estados que compõe a Federação.

Nesse sentido o território (jurídico-político) torna-se um impedimento para a organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo impulsiona a reprodução do capital através das vantagens comparativas oferecidas pelos diversos lugares que, ansiosos pelo mito do progresso a qualquer preço, sucumbem às exigências do capital, criando as condições necessárias à sua reprodução e piorando substancialmente as condições de vida de milhares de trabalhadores que não conseguem trabalho no campo e tampouco na cidade.

Outra categoria de migrantes encontrada na área de pesquisa são os trabalhadores oriundos do Sul, principalmente do Paraná, quase sempre vindos das mesmas áreas de origem dos empresários rurais. Indagado acerca das vantagens de trazer mão-de-obra do Paraná o administrador da empresa rural colocou:

Preste atenção nas vantagens para o trabalhador. As vezes é período de entressafra lá e não tem trabalho. Aqui o trabalhador ganha arroz, feijão, café e leite... a fazenda fornece e você tem tudo certinho, hora-extra, décimo terceiro, férias,

etc. A maioria das fazendas dão porcentagem anual, uma cota em soja que pode ser de 70 ou 80 sacas. Normalmente os mais antigos recebem mais, mas isso não é para todos. Depende da importância do funcionário, do bom comportamento, outras coisas. Para nós é melhor do que contratar aqui, pois eles ficam o tempo todo na propriedade (domingo, feriado). É claro que se trabalhar a gente paga direitinho. Mas o pessoal daqui quer ir embora no final de semana, tem a família, etc. Outra vantagem é a distância, pois quando vão embora ninguém se preocupa com problemas na justiça. As vezes não ganham nada, mas é uma amolação. A fazenda tem advogado e facilita as coisas, mas é difícil.

Na conversa com os trabalhadores rurais, aqueles que ousaram falar, disseram estar satisfeitos com o trabalho, pois corriam o risco de passarem fome, caso não tivessem conseguido esse "emprego". Salientaram que o patrão era muito bom, pois resolvia os problemas de cada um e não deixava faltar nada. Essa atitude expressa o estranhamento e a alienação a que estão historicamente submetidos.

Certamente a complexificação e a precarização do trabalho significa um novo momento do processo de reprodução do capital, portanto da acumulação do capital. Assim o espaço passa a ser construído na perspectiva das elites, onde o Estado aparece como o sujeito da história e o mercado como o *locus* em que o Estado e a Sociedade se enraizam, não permitindo qualquer reflexão acerca das relações capital x trabalho, ao contrário fetichizando essas relações.

De acordo com Moreira (1985) a formação da sociedade brasileira está diretamente associada ao movimento do capital em nível mais geral, ou seja, as necessidades do capital mundializado. Dessa forma haveremos

de entender o processo de internalização da divisão internacional do trabalho no país e como a estrutura espacial foi sendo alterada mediante a ação do capital, do Estado e dos movimentos sociais.

A modernização da agricultura significou a transfiguração das formas avançadas do capitalismo para áreas até então incorporadas ao sistema, via a esfera da circulação. Apoiada no Estado significou a implantação da racionalidade técnica e científica, alterando profundamente as relações sociais de produção ocasionando mudanças substanciais no trabalho e conseqüentemente elementos que permitem pensar em um novo conteúdo na relação cidade-campo.

Analisando o processo de constituição da sociedade brasileira e não especificamente o momento da modernização da agricultura após a década de 70 do século XX, percebemos que o Estado se configurou como um ordenador das metamorfoses agrárias vivenciadas desde o período colonial. O processo de modernização no Brasil se dá sob condições muito particulares, logicamente sob a batuta dos interesses externos. Quase que em um passe de mágica passa-se de uma base agromercantil para uma industrialização avançada (urbano-industrial).

É preciso considerar que ao utilizar o termo modernização deve-se perceber concomitantemente a diferenciação resultante com o intuito de expressar o processo de transfiguração do valor. O termo utilizado largamente após os anos 1970 para expressar a adoção das inovações técnicas (desenvolvimento e difusão de tecnologia) não corresponde a realidade, pois com isso omite-se o processo real em curso, qual seja, o conteúdo territorial e os

desenhos sociais, como menciona Thomaz Júnior (2001), produto-produtor das contradições entre o capital e o trabalho.

Dessa forma, não é possível pensar o processo de acumulação sem a consideração das relações entre o Estado e o bloco de poder que se configura mediante a diferenciação existente entre os dominantes. As frações da burguesia estão vinculadas à diversificação de capitais engendrada pelo aprofundamento da divisão interna do trabalho. Assim qualquer alteração no padrão de acumulação promove alterações no bloco de poder, que atua decisivamente no sentido de apontar novos caminhos.

A disputa dos proprietários de terras em torno do Estado é algo muito interessante em Goiás após os anos 1970. A emergência da oligarquia sudoestina³ precipitou conflitos diversos entre as várias frações da classe dominante, centrada nas atividades agropecuárias. Esse fato promoveu, inclusive, uma nova regionalização política e econômica em Goiás, possibilitando a concentração dos investimentos no eixo Goiânia - Anápolis - Brasília e em algumas áreas do Sudoeste Goiano. As outras regiões apresentavam-se à margem, entretanto o processo de acumulação se dava de forma clara, evidenciando a idéia de funcionalidades diferenciadas (setoriais, regionais) mediante o padrão de acumulação, ainda que, essas áreas não apresentassem as formas mais avançadas do capitalismo.

Apreender a territorialização das empresas rurais implica perceber o caráter desigual e combinado com que se efetiva a produção do valor e a sua associação direta com o desenvolvimento das forças produtivas. Aí se coloca a questão regional, na medida em que o

³ Refere-se as oligarquias que apoiaram o interventor Pedro Ludovico, que assumiu o governo do Estado de Goiás a partir de 1930, representando os interesses dos proprietários de terras, principalmente do Sudoeste Goiano.

caráter combinado deriva do caráter desigual desse desenvolvimento. Assim, pensar a região implica em perceber na relação espaço-tempo o conteúdo das relações estabelecidas, pois afinal é esse conteúdo que irá definir a delimitação regional e a sua relevância.

Daí verifica-se que a modernização conservadora não se atém apenas à modernização da agricultura, mas ao processo de metamorfose do próprio Estado e suas contradições enquanto viabilizador das condições para produção do valor e conseqüentemente do capitalismo, assim como das condições para a sua superação a partir da territorialização da relação capital x trabalho.

Referências Bibliográficas

- ALVES, G. Os fundamentos ontológicos da reestruturação capitalista – Fundação (e subversão) da modernidade pelo “sujeito” capital. *www.globalization.cjb.net* – agosto de 2002.
- ALVES, G. Dimensões da globalização – o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.
- ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BORGES, B. G. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia: UFG, 2000.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS, E. F. As transformações no mundo do trabalho e o movimento sindical. Caderno 1 da ADUFF - S. Sind., Rio de Janeiro, 1995.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1980.
- GNACCARINI, J. C. Latifúndio e proletariado – formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Pólis, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da Costa (Org.) Agricultura e Políticas Públicas Brasileiras. Campinas: IPEA, 1990. p. 113-221. (Série IPEA, 127).
- LOPES, J. R. B.. Do latifúndio à empresa. Unidade e diversidade do capitalismo no campo. Petrópolis: Vozes - São Paulo:CEBRAP, 1981.
- LOPES, E. S. A. Comentário sobre o “novo mundo rural” ou a “nova reforma agrária” do governo FHC. Disponível em: *www.cibergeo@agbnacional* - julho de 2002.
- LUNARDI, V. L. A organização dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar - uma

reflexão sobre Goiás. Dissertação, Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital – estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad. Moniz Bandeira, 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARTINS, J. de S. A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. O capital – crítica da economia política - O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant’ana, vol. 1, 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDONÇA, M. R. & THOMAZ JÚNIOR, A. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. Anais do XIII ENG – João Pessoa, julho de 2002.

MESQUITA, H. A. A modernização da agricultura. Um caso em Catalão (Goiás). Dissertação, ICHL-UFG, Goiânia, 1993.

MÉSZÁROS, I. Produção destrutiva e Estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOREIRA, R. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil – Estudo sobre a sociedade e o espaço. Petrópolis: Vozes, 1985.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. O sentido da reforma agrária no Brasil do século XXI. Mesa Redonda realizada no XIII ENG – João Pessoa – PB, julho de 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e indústria no Brasil. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), 1981, n. 58. p. 5-64.

PRADO JR, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. Porto, 2ª ed., Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOARES, J. de L. Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectivas do movimento sindical. In: Dias, E. Fernandes e Outros.(org.) A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes. Sind. dos Eletricitários de Brasília, DF, 1996.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, 2ª ed., Guanabara, 1986.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho! *Pegada*, v.3, número especial, agosto de 2002, Presidente Prudente, CEGeT, 2002a.

THOMAZ JUNIOR, A. Por trás dos canaviais os nós da cana. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002b.

THOMAZ JUNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. *Anais...* XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina, 2002c.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho social dos sem terra no Brasil. Revista Abra, Campinas, v.28, n.25, op.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. Revista Geográfica, Bauru, n.16, p. 15-21, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. In: Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Iberoamérica, 1., 1999, Santiago de Compostela. Actas... Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.(Footnotes)